



Participação, interação e acesso: o modelo AIP na seleção das fontes via Whatsapp no BandNews Rio

Luan José Vaz Chagas¹

Resumo: O artigo realiza uma análise das interações entre ouvintes e jornalistas via WhatsApp no programa BandNews Rio 1ª Edição e de que forma são acionados como fontes para a construção da notícia no rádio. Com base no modelo AIP e a distinção entre os conceitos de participação, interação e acesso (CARPENTIER, 2012; MOLOTCH e LESTER, 1999), o paper diferencia os modelos de subsídio de informações pela audiência no radiojornalismo. O objetivo é analisar a seleção das fontes populares e o exercício de encaixe temático destas vozes em lugares de fala distintos de setores profissionalizados ou oficiais da sociedade.

Palavras-chave: fontes; diversidade; participação; interação; acesso.

1. Introdução

Manhã de quinta-feira. 18 de maio de 2017. A delação da JBS e o áudio vazado com o presidente da república Michel Temer (PMDB) provoca uma correria nas redações de jornais, emissoras de rádio e televisão e no próprio Congresso Nacional. Na BandNews Rio pipocam novos áudios, informações e entrevistas de congressistas que pedem a renúncia do presidente, aqueles que o defendem e os que preferem esperar o desenrolar dos acontecimentos com uma perícia oficial sobre a gravação. Ao mesmo tempo, a população envia mensagens via WhatsApp, porém não sobre o assunto, mas sim repassando informações sobre as melhores condições para chegar ao centro do Rio, que vias estão mais tranquilas no acesso à Linha Amarela e o tempo parado na Ponte Rio-Niterói.

¹ Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

O caso demonstra uma seleção das fontes no radiojornalismo que não necessariamente utiliza as mesmas vozes sociais para abordar determinados assuntos. Enquanto os congressistas falam sobre a crise política, a população “parece” estar mais preocupada com o trânsito. Como considerar esse movimento como uma participação no radiojornalismo enquanto fontes nas notícias? O presente artigo realiza uma análise sobre a presença dos ouvintes via WhatsApp no BandNews Rio 1ª Edição ao longo de uma semana nas manhãs que representam horário nobre do rádio de 3 a 7 de julho de 2017. A partir do modelo AIP que diferencia os conceitos de participação, interação e acesso (CARPENTIER, 2012; MOLOTCH e LESTER, 1999), o objetivo é enxergar as formas com que essas fontes são selecionadas e acionadas nas temáticas sociais.

A hipótese é de que a seleção é realizada para temas específicos o que não configura uma participação em si, como define o conceito, e sim uma pré-determinação a partir da interação-mediada que não resulta na diversidade e pluralidade de vozes no radiojornalismo. Com isso, pretende-se discutir até que ponto essas vozes são domesticadas (PINSELER, 2015), numa relação de poder entre jornalistas e o conjunto de fontes, a não influenciar na continuidade de debates e na abordagem das notícias enquanto agentes secundários.

2. Modelo AIP: Participação, interação e acesso dos ouvintes

As diferenças entre os conceitos de participação, interação e acesso, tratados muitas vezes como sinônimos provocam uma série de equívocos nas análises sobre a presença da audiência nos conteúdos midiáticos. O discurso sobre interatividade como um fruto da cultura participativa, como apontado por Jenkins (2008), não permite um aprofundamento nos estudos sobre a relação entre os novos atores e a sociedade (PRIMO, 2007). Até mesmo estratégias de treinamento de setores populares como fez o “Parceiro do RJ” já foram iniciativas que tentaram novas abordagens e não levavam necessariamente a conteúdos mais diversos ou inovativos (BECKER, 2012).

Procuramos aqui aprofundar os conceitos de participação, interação e acesso no modelo AIP de Carpentier (2012) como base para categorizar as formas com que o processo de gatekeeping das vozes sociais está presente naquilo que Shoemaker e Vos (2011) chamam de canal da audiência. Com o objetivo de fugir de considerações otimis-

tas e pessimistas no que condiz às possibilidades de participação, busca-se aqui um enfoque nas origens do conceito presentes na teoria democrática com o objetivo de delimitar os significados e suas aplicações no cenário do radiojornalismo.

A crítica à superficialidade nas abordagens sobre participação foi fruto de uma conversa entre os próprios autores, Carpentier e Jenkins (2013) em Praga, na República Checa durante um simpósio sobre o empoderamento das audiências na era da convergência. O autor americano reconheceu no debate, a necessidade de aprofundamentos conceituais que não se limitem ao modelo mercadológico das empresas que produzem uma aparência de poder de influência. Já Carpentier, salientou a referência política e social que o conceito carrega e a importância de pesquisas que diferenciem os mecanismos em que a audiência está presente nas mídias.

É preciso, no entanto, entender que o ouvinte de rádio sempre esteve ativo no processo de assimilação das mensagens num processo de mediação por diferentes instâncias (KISCHINHEVSKY, 2016; MARTÍN-BARBERO, 2006). Já nos anos 1980, Erving Goffman (2008, p. 305) nos estudos sobre o modo de locução triangular nos *talk-shows* radiofônicos identificava que o mestre de cerimônias, além de sustentar as conversas num modelo de fala espontânea, tratava a audiência como “um participante ratificado, apesar de não poder assumir o papel de falante”. Para o autor, o formato de produção que define o envolvimento dos falantes se altera em diversos momentos, desde a presença dos responsáveis pela apresentação até o “status de participação”, no caso do ouvinte.

A menção a audiência é uma das características do meio nesse modo de locução triangular que tenta reproduzir uma situação de conversa informal numa interação face a face multiparticipantes. Segundo Goffman (2008) a ideia de ouvinte está inserida também no efeito de fala espontânea e fluente que a todo o momento o rádio procura reproduzir. Até mesmo nas entrevistas com convidados que se tornam rotineiras nos *talk-shows* do período, o locutor volta-se para a audiência. A locução “direta” é outra característica apresentada pelo autor quando é direcionada “como se cada ouvinte individual fosse único” numa simulação de conversa telefônica (GOFFMAN, 2008, p. 305).

Ainda que preocupado com o percurso dos erros na fala do rádio, o autor oferece um importante estudo na área do interacionismo simbólico também revelando caracte-

rísticas essenciais da ideia de participação no discurso convencional. Goffman (2008, p. 323) aponta que o participante deste processo procede com a utilização de “marcadores discursivos que passam o direito e dever de fala ao falante anterior” e podem “gerar discurso ao referir-se a sua própria situação”. Os apontamentos nos ajudam a definir conceitualmente os modos de apresentação dos ouvintes numa escala de poder de fala e do reconhecimento de duas variáveis: a seleção das fontes é uma característica do jornalismo e a hegemonia das audiências nos modos de percepção e leituras das mensagens midiáticas.

Participar vem do latim “particeps” que significa aquele que faz parte, que reparte algo. Com base nas definições de Carole Pateman² sobre participação plena na teoria democrática, Carpentier (2012) afirma que o conceito tem como base a tomada de poder, a influência nos processos de decisão e a possibilidade de tomar parte de algo, como expressa a origem da palavra. O autor conceitua a participação dentro de seis questões: I) a participação tem como elemento fundamental a distribuição de poder, seja ela na política institucionalizada, seja em campos como os meios de comunicação, num nível macro e micro; II) a participação está situada em processos e localidades particulares, o que envolve atores específicos, sendo então necessário entender as posições de poder; III) o conceito de participação é parte das lutas de poder na sociedade; IV) a participação não se baseia na substituição da diferença hierárquica pela igualdade total, ao contrário do que pregam as fantasias democrático-populistas; V) a participação é um ato convidativo não necessariamente imposto; VI) a participação difere do acesso e da interação em suas origens teóricas e significados.

O autor argumenta que interação é parte da construção de sentido por meio de experiências vivas e intersubjetivas expressadas pela linguagem. Assim, está ligada com a história da teoria sociológica quanto ao estabelecimento de relações sócio-comunicativas (CARPENTIER, 2012). Já o acesso é a forma em que determinadas vozes estão presentes dentro das organizações de mídia. A partir disso é possível analisar os três conceitos de formas diferentes, mas considerando o acesso e a interação como condições de possibilidade da participação.

² Ver: CAROLE, Pateman. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 192.

Enquanto o acesso permite a entrada dos atores em determinados espaços, a interação é uma segunda condição de possibilidade no estabelecimento de uma relação sócio-comunicativa entre seres humanos ou objetos. Mesmo assim, é preciso reconhecer que os dois casos possuem uma dimensão de poder que não se traduz num processo de tomada de decisão. Carpentier (2012) argumenta que é com a justaposição ao acesso e a interação, que a participação é traduzida como política e, conseqüentemente, no envolvimento dos atores nos processos de tomadas de decisão. A qualificação das formas de acesso e interação reintroduz uma perspectiva de luta ligada à busca pelo equilíbrio nessas relações de poder.

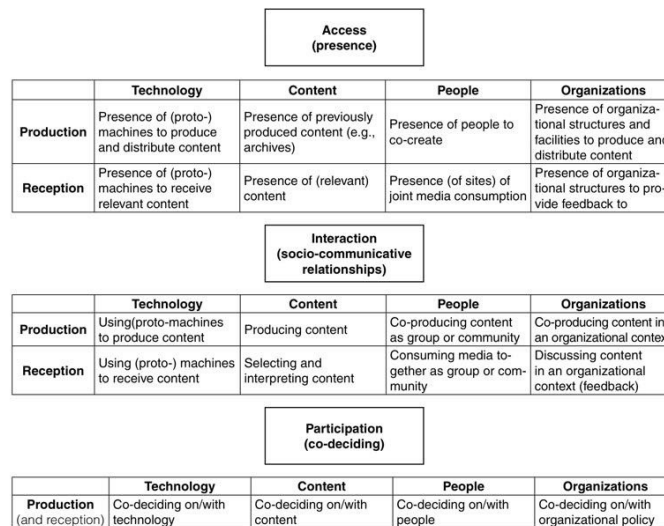


Figura 1: Modelo AIP (CARPENTIER, 2007)

Nesse sentido, a distinção entre uma participação autêntica, do acesso e da interação permite analisar as diferentes lutas sociais por “intensidades participativas”. Ainda que o próprio autor reconheça que conceitos maximalistas como de Patelman sobre a plena participação sejam difíceis de se traduzirem nas práticas sociais, é necessário distinguir os conceitos nos estudos que revelem as diferenças de poder entre os atores sociais. Questões como a lógica de concessões distribuídas a apadrinhados políticos, as formas de interação em momentos de crise como as manifestações durante a Copa das Confederações (KISCHINHEVSKY, 2016) são apenas a ponta do iceberg em formas com que se apresentam as notícias que buscam o aumento da presença da audiência no cotidiano do jornalismo e como essas são selecionadas.

Para Alex Primo (2013) há uma série de contradições no chamado jornalismo participativo ou colaborativo. A chamada “ressaca da cibercultura” é envolvida por exemplos como o surgimento de movimentos contra hegemônicos na web, ao mesmo tempo em que o grande capital também se reinventa e se apropria de estratégias colaborativas na produção de conteúdo. Usando a lógica da democratização, Primo (2013), afirma que a interatividade se torna um argumento de venda, tanto na economia como no campo (ou “mercado”) teórico.

Neste sentido, o uso do termo estaria associado ao encantamento das tecnologias informáticas como uma “ilusão da expressão”. Mesmo no caso do mercado, argumenta, a possibilidade de diálogo não ganha a importância necessária, mas sim um diálogo baseado em bancos de dados como símbolo dessa interação: “Mas, ora, se o que está em jogo é a comunicação (a ação compartilhada) e a interação (a ação entre) mediada, por que tantos estudos sobre ‘interatividade’ esquecem-se de tratar do diálogo mediado pelo computador? Quando o fazem, porém, tratam do tema de forma metafórica: a máquina ‘dialogando’ com o internauta” (PRIMO, 2007, p. 57).

A interação mediada defendida por Primo (2007) se aproxima do conceito de interação de Carpentier (2012) que considera as relações sócio-espaciais entre humanos e objetos. Quanto ao conceito de acesso, é possível relacionar com a categorização de Molotch e Lester (1999) ao reconhecer as fontes como promotores dos acontecimentos: a) acesso habitual à mídia, como é o caso de fontes oficiais, sobretudo altos funcionários do governo; b) acesso disruptivo, quando os acontecimentos promovidos se tornam um problema para os poderosos em manifestações, ocupações e outras atividades das fontes; c) acesso direto com a investigação de dados promovida pelos jornalistas com a criação de novas ocorrências.

O modelo AIP (CARPENTIER, 2007) define as posições em que a sociedade está presente no discurso da mídia nos aspectos tecnológicos, de conteúdo, pessoalmente e como organizações nos âmbitos da produção e recepção. Nosso foco, para o estudo aqui apresentado está na produção de conteúdo em que o jornalismo exerce o papel de selecionar os acontecimentos e as fontes na construção das notícias (ALSINA, 2009). Nesta categoria, o acesso condiz à presença desses agentes nos conteúdos produzidos

pelo radiojornalismo; enquanto a interação advoga o ato de estar produzindo; e a participação é decisão conjunta sobre ou quais conteúdos.

Na esteira dessa discussão, o professor da Universidade de Magdenburg-Stendal, Jan Pinseler (2015) propõe o conceito de vozes domesticadas para entender as relações de poder presentes na relação entre os jornalistas e ouvintes em *Talk Shows* de programas regionais no Estado da Alta Saxônia, Alemanha. Para o autor, os ouvintes estão dentro dos programas de rádio de forma explícita ou implícita, já que são focos de qual-quer produção radiofônica. A partir de uma análise de conversação de quatro emissoras, o autor procura mostrar como formas institucionalizadas de interação são diferentes das conversas cotidianas diárias revelando uma ordem social nessa organização. Algo que procuramos pensar no artigo a partir do processo de seleção dos ouvintes que se confi-guram como fontes para a construção noticiosa (LOPEZ, 2010; KISCHINHEVSKY, 2016).

Para Pinseler (2015) é preciso analisar tanto a forma como o conteúdo, o que é dito e quais ideias são enquadradas a partir do processo de escolha entre os que devem falar e os que não possuem a chance de fazerem valer seus argumentos. Utilizando-se dos conceitos de participação, interação e acesso (CARPENTIER, 2012), o autor divide a presença dessas vozes em ouvintes imaginados, vozes dos ouvintes e conversações com ouvintes. Os ouvintes imaginados estão na categoria de aparição mais comum nos programas de rádio, de forma direta e indireta. Segundo ele, esse agente está presente o tempo todo nas sugestões em que o jornalista ou apresentador dialoga ou produz algo voltado a um público imaginário de forma indireta. Já diretamente estão os casos em que os apresentadores citam o feedback retirado de sites de redes sociais, entre outras plataformas. Ainda estão presentes os casos em que as emissoras solicitam ações por parte dos ouvintes em enquetes e promoções.

As vozes dos ouvintes aparecem sempre em conjunto com o texto do locutor na busca pelo que chama de comunalidade geográfica. A busca por experiências cotidia-nas, declarações de gosto musical ou então na repetição de slogans como “a rádio de todos nós” ou então “essa é a nossa rádio” são mostras de uma voz que aparece de for-ma presumida sem necessariamente uma interação verbal. Por fim, as conversações com ouvintes vão desde as entradas ao vivo na programação até mesmo a leitura de citações

em sites de redes sociais como Twitter e Facebook. Nas conversas ao vivo, Pinseler (2015) destaca que os editores e produtores selecionam as pessoas que vão falar com base em possíveis resposta aquilo que indica uma posição de poder no controle do fluxo e do conteúdo da conversa.

Pinseler (2015) conclui que mesmo presentes nas emissoras de rádio todas as manhãs esses agentes não possuem uma voz. As conversas são gerenciadas e há um processo de definição prévia de quem fala e como fala tanto no formato ao vivo como nas redes sociais. Dessa forma, essas vozes são utilizadas para “criar uma impressão de participação do ouvinte”. A necessidade de uma formação de comunidade a partir das experiências compartilhadas em um espaço geográfico não se constitui na expressão de ideias, crenças ou argumentos, mas em vozes domesticadas que são utilizadas e encaixadas no processo editorial. O autor ainda argumenta que não se constitui nem como acesso ou interação nas definições de Carpentier (2012) já que somente interessam aos programas radiofônicos para preencher materiais pré-definidos: “O que parece uma participação de ouvinte é, na maioria das vezes, um produto de profissionais de rádio que usam vozes de ouvintes para produzir a aparência de uma audiência que se envolve ativamente no programa” (PINSELER, 2015, p. 67).

No caso do radiojornalismo em que os ouvintes se configuram como fontes, e dessa forma, estão pré-dispostos ao processo de seleção noticiosa até que ponto essas vozes são domesticadas (PINSELER, 2015)? Os conceitos permitem ampliar as considerações na seleção dos ouvintes como fontes no radiojornalismo e contribui para diferenciar os âmbitos da participação, interação e acesso aos conteúdos noticiosos. Assim, é possível olhar para os programas jornalísticos como espaço de disputas de sentido no cotidiano de acontecimentos cada vez mais numerosos que se refletem em diferentes interesses. Por fim são pontos de partida para a análise sobre quem possui voz nos debates sociais e de que forma se constituem na promoção dos acontecimentos que serão abordados pelo jornalismo.

3. A audiência como fonte: participação ou interação?

Para o estudo relacionado à seleção das fontes populares via WhatsApp na BandNews Rio partimos aqui de alguns pressupostos já dimensionados nos estudos sobre a

presença destas vozes no radiojornalismo. O primeiro deles é que o rádio possui mecanismos de interação comunicacional com os ouvintes desde os seus primórdios, com auditórios, o envio de cartas dos ouvintes até a utilização do telefone como ferramenta de apuração e checagem de informações (FERRARETTO, 2014). De acordo com Lopez (2010) com o subsídio de informações, pautas, entre outros dados, o público que entra em contato com equipes de apuração se tornam fontes no noticiário radiofônico.

Ainda nesse sentido, Kischinhevsky (2016, p.106) argumenta que com o desenvolvimento cada vez maior de mecanismos de contato via sites de redes sociais e outros aplicativos, “a interação com os ouvintes tornou-se tão estratégica que, em alguns casos, passou a nortear áreas de coberturas específicas, sobretudo o noticiário sobre trânsito”. Em uma pesquisa sobre a utilização do perfil do Facebook da CBN nas manifestações durante a Copa das Confederações, o autor argumenta que nem sempre a narrativa na rede social acompanhava os acontecimentos nas ruas. Aquela que foi a “Copa das Mobilizações” mostrou também nas interações entre jornalistas e ouvintes via redes sociais não se convertem automaticamente em democratização, já que na grande maioria das vezes o público não possui condições materiais para a produção de conteúdo em áudio (KISCHINHEVSKY, 2016).

Monclús et al (2015), em uma análise quanti-qualitativa da presença dos ouvintes nos perfis de emissoras catalãs no Facebook e Twitter revela que as novas mídias oferecem oportunidades e limites ao envolvimento do público na produção de conteúdos. Assim como apresenta Kischinhevsky (2016), os autores mostram que por mais que o público expresse suas opiniões sobre o que é abordado no dial nem sempre geram impactos na transmissão analógica, limitando o nível de interação apenas entre os usuários dos sites na internet. O estudo sobre o nível de participação, com base no modelo AIP aponta que o público espanhol é limitado ao modo de interação, pois não tem poder de decisão: “O discurso no ar influencia o online, mas o discurso online não influencia o ao vivo”³ (MONCLÚS et al, 2015, p. 112).

Quadros (2013) com base nas pesquisas desenvolvidas por Klockner (2011), propõe sete categorias que definem as formas de interatividade no rádio. Diante das

3 Tradução da frase “The on-air discourse influences the online one, but the online discourse does not influence the on- air one” (MONCLÚS et al, 2015, p. 112).

críticas de Primo (2007) à “interatividade”, utilizamos as correções no termo para interação, presentes em Kischinhevsky (2016): I) Interação dialógica simples: trocas comunicacionais de forma pública ou privada sem uma interferência direta no conteúdo sonoro; II) Interação dialógica ampliada: trocas comunicacionais de forma pública ou privada com interferência no conteúdo sonoro; III) Interação dialógica imediata: trocas entre emissoras e ouvinte de forma pública ao vivo na programação; IV) Interação dialógica simples: resposta para iniciativas da emissora em plataformas como os sites de redes sociais; V) Interação reacional ampliada: resposta para iniciativas da emissora em plataformas como os sites de redes sociais com interferência no conteúdo sonoro; VI) Participação espontânea simples: manifestações isoladas do ouvinte sem interferência no conteúdo sonoro; VII) Participação espontânea ampliada: manifestações isoladas do ouvinte com interferência no conteúdo sonoro.

Mais recentemente, em entrevista com profissionais de rádio da cidade de Santa Maria, no Rio Grande Sul, Quadros e Oliveira (2016, p. 110) percebem que a “participação é vista como positiva por ampliar as opções de pautas jornalísticas e criar vínculos entre a emissora e seus ouvintes”. Por outro lado, os profissionais afirmam que ao assumir ainda mais a sua função de seleção das informações vindas do público, o papel do jornalista ganha cada vez mais importância. Quadros e Amaral (2016, p. 120) em análise sobre a narrativa radiofônica revelam que por mais que os mecanismos tenham se intensificado no processo de trocas, “os ouvintes ainda não são capazes de interferir diretamente no texto jornalístico”.

Diante das considerações e a definição conceitual de Carpentier (2007; 2012), como é possível considerar o envio de informações pelos ouvintes como participação, interação ou acesso? Os procedimentos metodológicos para o estudo serão realizados em dois movimentos. O primeiro é a coleta de uma semana, 3 a 7 de julho de 2017, do programa BandNews Rio 1ª Edição, veiculado das 9h30 às 12h, horário nobre do rádio no Rio de Janeiro. A escolha da semana se justifica ao considerar os dias escolhidos a partir de uma lógica do cotidiano que não possui uma cobertura especializada ou de desastres, o que poderia influenciar nos modos de conversa entre produtores e público por meio do WhatsApp.

Nesse caso, o foco de análise serão os conteúdos sonoros em que o ouvinte subsidia os jornalistas com informações, o que o configura como fonte (LOPEZ, 2010). O segundo movimento será a utilização das categorias de Quadros (2013) que possuem interferência no conteúdo sonoro e os temas em que os ouvintes são encaixados a partir dos acontecimentos abordados no noticiário visando olhar para duas questões: a) a forma da menção: direta (com a voz dos ouvintes) ou indireta (sem a voz dos ouvintes); b) a possibilidade de interferência no andamento da cobertura após a informação que foi repassada: nesse caso consideramos os ouvintes como fontes populares (SHIMITZ, 2011; PINTO 2000; LAGE 2001) e, por sua vez, secundárias (HALL et al, 1999) em que na maioria das vezes aparecem respondendo a decisões dos chamados definidores primários formados por fontes oficiais.

A análise quanti-qualitativa pretende olhar para as formas com que fontes populares podem influenciar na continuidade da cobertura dos acontecimentos do radiojornalismo a partir do uso do WhatsApp como uma tática de espetacularização e visibilidade. Esperamos com isso, ser possível enxergar o nível em que o modelo AIP se apresenta no subsídio de informações diárias do público para a BandNews. Também procura estudar o nível de participação da audiência e as possibilidades de interferência nas decisões dos jornalistas com pautas e informações oriundas de reivindicações ou denúncias sobre determinados serviços.

A partir das duas caracterizações pensamos ser possível categorizar as formas de seleção das fontes populares via mecanismos de trocas comunicacionais entre participação, interação e acesso na ótica defendida por Carpentier (2012). Também questiona-se até que ponto essas formas de seleção constituem, no caso do radiojornalismo, uma estrutura de encaixe das fontes populares em temáticas específicas e, por sua vez, a domesticação das vozes que não interferem nos acontecimentos, como afirma Pinseler (2015).

Os dados revelam uma série de questionamentos sobre a forma de interação desempenhada com o uso do WhatsApp e do telefone ao vivo como as principais ferramentas na redação. As menções, divididas entre diretas (13%) com a citação do nome do ouvinte foram menores do que as 87% indiretas em que as trocas comunicacionais citam essas pessoas como “ouvinte final do telefone”, “morador da comunidade do

Lins”, “ouvintes” em geral. Em 92% dos casos a voz do público que interagiu não esteve presente na programação ao longo da semana do BandNews Rio 1ª Edição. A divisão de Quadros (2013) teve uma intensidade na interação dialógica ampliada com 80% dos casos que influenciaram no conteúdo sonoro a partir da utilização da plataforma de mensagem instantânea. Em 10% a interação reacional ampliada teve casos como do clima, com o pedido do âncora Rodolfo Schneider para que os ouvintes enviassem fotos da manhã de segunda (3) e terça-feira (4), dias de frio no Rio de Janeiro.

Na interação dialógica imediata, com trocas comunicacionais de forma pública ao vivo, teve uma intensidade de 5% com destaque para dois casos. O primeiro, na temática de segurança, uma professora entrou ao vivo com Ricardo Boechat falando sobre o sequestro de um colega em Duque de Caxias. A ouvinte repassou dados sobre o carro, como o caso aconteceu e os detalhes da ocorrência não tendo uma apuração posterior sobre um possível desfecho com a atuação da polícia. Da mesma forma, o outro caso envolveu um médico de um Hospital Central da Polícia Militar sobre as orientações em casos de troca de tiros com bandidos.

Consideramos dois casos como uma participação espontânea ampliada dos ouvintes. O primeiro deles envolveu o relato sobre a falta de médicos no Hospital Federal de Bonsucesso que levou a redação a buscar novas informações, ouvir a direção da instituição e dados sobre os horários de atendimento dos profissionais. Também em uma denúncia via WhatsApp, o abandono de carros do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro levou ao pronunciamento da Polícia Civil. Os dados repassados pelo ouvinte continham fotos, o número de automóveis abandonados e até o cálculo do valor no mercado das concessionárias da cidade. Esses dois casos revelam a possibilidade de uma fonte primária nas discussões que envolvem o modelo AIP de Carpentier (2012). O restante, 98% representam fontes secundárias que apenas subsidiaram informações que não tiveram uma continuidade na cobertura ou um aprofundamento após a interação.

As temáticas abordadas também são mostras de uma semana de intensa discussão sobre os problemas da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. A bala perdida que atingiu uma mulher grávida e que forçou o parto antecipado do menino Artur, a morte de duas crianças em comunidades na cidade, tiroteios e os roubos a cargas estiveram nas principais abordagens. Após a segurança (44%), o trânsito (38%) foi o principal

foco como já apresentado por estudos anteriores, além de política (2%) com reclamações sobre a prefeitura de Belford Roxo e a manutenção das grades na Assembleia Legislativa. As promoções da emissora (8%) e a situação do clima (3%) também levaram a interações reativas após o pedido dos jornalistas durante a programação.

Com a permanência desse tipo de fontes em temáticas que não incluem discussões políticas na sua amplitude também levam ao questionamento sobre a importância da construção da diversidade com outras abordagens possíveis. Mesmo com intensas disputas políticas, a crise econômica e financeira no Estado do Rio de Janeiro e do próprio país, a interação via WhatsApp com essas fontes não favorece a possibilidade de amplos debates públicos. No caso da segurança, os relatos envolvem tiroteios e o serviço sobre os problemas gerados no trânsito e não numa possibilidade de participação que garanta interpretações variadas sobre as situações vivenciadas nas comunidades.

A maior parte dos dados não se enquadra diretamente nas categorias apresentadas por Quadros (2013) pelo foco da análise no WhatsApp e a coleta do áudio da BandNews Rio durante a semana de 3 a 7 de julho. Por outro lado, aprofunda as discussões sobre participação, interação e acesso no radiojornalismo. Na maioria dos casos, as vozes são colocadas como ouvintes imaginados não citados pelo nome e função na sociedade e a interação acontece com um subsídio direto enquanto fontes secundárias para questões como trânsito e segurança. No quesito acesso, o público não desempenha a mesma função que os órgãos oficiais e depende da espetacularização para se fazer ouvir numa troca comunicacional pelos dispositivos de mensagem instantânea. A participação, como consideramos aqui, aconteceu somente em casos onde a emissora utilizou os dados dos ouvintes para dar continuidade à apuração, com entrevistas e novos comentários. Essa atuação configura o ouvinte como uma fonte primária na ótica de Hall et al (1999) e que dessa forma aprofunda a discussão sobre a interferência que esse público pode instituir na cobertura sobre determinados acontecimentos.

4. Considerações Finais

A análise sobre as trocas comunicacionais via WhatsApp no BandNews Rio 1ª Edição demonstra a disputa de sentido realizada entre os diversos tipos de fontes no radiojornalismo da atualidade. Aprofundar as discussões sobre participação, interação e

acesso no modelo AIP de Carpentier (2012) auxilia na construção de considerações sobre as dinâmicas da relação entre o jornalista e a audiência no subsídio diário de informações. Considerar esse ouvinte como fonte é buscar os níveis em que as vozes sociais podem decidir sobre a programação e realmente participar com argumentos sobre o cotidiano de cobertura dos acontecimentos.

O conceito de participação e as características apresentadas durante a semana na emissora mostram uma lógica que se limita ao incentivo para que o ouvinte envie mensagens e possa se manter na audiência da emissora. Não lhe garante a possibilidade de decidir sobre a continuidade, pois, as fontes como um todo passam pela seleção do gatekeeper nas redações. Por outro lado, é preciso considerar as formas de acesso entre a diversidade de vozes presente na sociedade e que se dividem em diferentes tipos de fontes, como as populares que usam esses meios para tentar sensibilizar a imprensa.

Como parte de uma característica do formato de seleção das fontes no radiojornalismo, a interação é a forma mais recorrente de troca comunicacional estabelecida com os ouvintes. O subsídio repassado para os jornalistas preenche uma lacuna e se torna parte do jogo na cobertura dos acontecimentos em meio à diminuição de profissionais. Por outro lado, representa uma busca por novos dados a todo o momento sugerindo uma aparência de relação com o público e uma presença efetiva em diferentes setores. Assim como destaca Primo (2012) sobre a interatividade como um discurso de venda da cibercultura, Carpentier (2012) nos leva a questionamentos diretos sobre uma forma de fragmentada que não se converte em participação.

É preciso considerar as relações de poder entre os diferentes tipos de fontes na sociedade. Enquanto as populares precisam dispor de ações como a interação via WhatsApp, setores profissionalizados na relação com os jornalistas sugerem a todo momento pautas, entrevistados, personagens e até materiais prontos. O acesso é diferenciado num jogo de poder e de relações entre fontes oficiais, profissionalizadas e as não profissionalizadas, evidenciando um jogo que não representa a diversidade social das vozes. A luta pela participação nos conteúdos é parte do jogo político pelos sentidos no discurso entre os diferentes setores sociais por interferir naquilo que os jornalistas estão cobrindo.

Em apenas dois casos a pauta teve uma continuidade da mesma forma que as decisões oficiais, em que os ouvintes foram definidores primários sobre a continuidade da

cobertura noticiosa. A interação e o acesso levaram a uma possibilidade de participação, não como co-decisão ou co-edição (CARPENTIER, 2007), mas sim na agência enquanto fonte. A maior parte das situações embasam apenas os dois primeiros estágios que o autor aponta no modelo AIP. O primeiro deles é um acesso encaixado em temáticas específicas que se resumem a situações sobre os problemas de trânsito ou então os tiros que se espalham pela cidade.

Não há uma participação real que altera as relações entre os ouvintes como fontes e os jornalistas no noticiário, o que implica diretamente na falta de diversidade. As abordagens temáticas, que poderiam ser recheadas de opiniões e relatos de diferentes setores da sociedade, revelam o acesso desigual ao temário presente nas relações de poder (MOLOTCH e LESTER, 1999). Há uma tentativa de domesticar essas fontes, como afirma Pinsler (2015) para que forneçam dados sobre questões específicas, mas que nem sempre segue a lógica trânsito-segurança e possibilita novas formas de cobertura. A análise foge ao espectro mercadológico presente em uma busca pela “participação”, e sim considera a necessidade do aprofundamento sobre sua definição conceitual e como aplicá-la nas pesquisas sobre a relação entre jornalistas e fontes.

Referências bibliográficas

- ALSINA, M. R. **A construção da Notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BECKER, B. **Todos juntos e misturados, mas cada um no seu quadrado: um estudo do RJTV 1ª edição e do Parceiro do RJ**. Galáxia (São Paulo, Online), n. 24, p. 77-88, dez. 2012.
- CARPENTIER, Nico. **The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate?** Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos, vol. 14, nº 2, maio/agosto de 2012.
- CARPENTIER, Nico. Participation and Interactivity: Changing Perspectives. The Construction of an Integrated Model on Access, Interaction and Participation. In: V. NIGHTINGALE; T. DWYER (eds.), **New Media Worlds. Challenges for Convergence**. Melbourne, Oxford University Press, p. 214-230, 2007.
- FERRARETTO, Luiz A. **Rádio - Teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2014.
- GOFFMAN, Erving. A fala do rádio – um estudo dos percursos dos nossos erros. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci. **Teorias do rádio – textos e contextos**. Florianópolis: Insular, Vol. II, 2008.
- HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos mídia. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, Henry; PINSELER, Jan. **Theorizing participatory intensities: A conversation about participation and politics**. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, Vol 19, Issue 3, 2013.

KISCHINHEVSKY, M. **Rádio e mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOPEZ, Débora Cristina. **Radiojornalismo hipermidiático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica**. Covilhã: UBI/LabCom Books, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Prefácio: Néstor García Canclini, Tradução: Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

MOLOTCH, H. & LESTER, M. A notícia como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

MONCLÚS, Belén et al. Listeners, social networks and the construction of Talk Radio Information’s discourse in the 2.0 Age. In: In: BONINI, Tiziano; MONCLÚS, Belén. *Radio Audiences and Participation in the Age of Network Society*. New York: Routledge, 2015.

PINSELER, Jan. Domesticated Voices: Listeners Participation. In: BONINI, Tiziano; MONCLÚS, Belén. *Radio Audiences and Participation in the Age of Network Society*. New York: Routledge, 2015.

PINTO, M. **Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo**. *Comunicação e Sociedade*. Braga: Vol. 14 (1-2), p. 277-294, Universidade do Minho, 2000.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PRIMO, Alex. Interações mediadas e remediadas: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. In: PRIMO, Alex (org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2013.

QUADROS, Mirian Redin de. **As redes sociais no jornalismo radiofônico: as estratégias interativas adotadas pelas rádios Gaúcha e CBN**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

QUADROS, Mirian Redin de; OLIVEIRA, Juliana Motta de. Identidade Jornalística e Participação no Rádio: **Considerações a partir da Percepção dos Profissionais de Santa Maria/RS**. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 18, n. 23, jul./dez. de 2016.

QUADROS, Mirian Redin de; AMARAL, Marcia Franz. **O ouvinte-enunciador nas narrativas radiofônicas: as disputas pelo poder de voz**. *Rizoma*, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 2, p. 108, dezembro, 2016.

SCHIMITZ, A. A. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SHOEMAKER, Pamela J., VOS, Tim P.. **Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia**. Porto Alegre: Editora Penso, 2011.